



XX CONGRESSO REGIONAL
DO PARTIDO SOCIALISTA
DA MADEIRA

12 e 13 de março de 2022

Moção Setorial

Por um Poder Local
mais participativo e solidário



1ª Subscritora: Sofia Canha

Militante nº 158191

Exposição de motivos



XX CONGRESSO REGIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA DA MADEIRA

12 e 13 de março de 2022

Sob a égide do sistema democrático em Portugal, os partidos políticos desempenham um papel fundamental da mobilização e prática das grandes orientações programáticas, procurando corresponder à diversidade de interesses dos eleitores. E este desígnio é mais evidente quando nos aproximamos do poder local.

A proximidade entre eleitos e eleitores tem potenciado respostas concretas e positivas à grande parte dos problemas que se colocam às nossas populações. Como consequência desse resultado, os governos liderados pelo Partido Socialista souberam interpretar e reconhecer que era importante atribuir maior capacidade de decisão e transferir mais competências para as autarquias locais. Infelizmente o Governo Regional da Madeira não tem o mesmo entendimento, optando por centralizar o poder de decisão e o investimento ou agindo de forma tendenciosa.

Porém, esse aumento de atribuições tem exigido mais investimentos na capacitação institucional, compaginada com um sistema de governo local que se quer mais transparente, partilhado e escrutinado.

Desde a consagração do Poder Local democrático, em 1976, que se procura, através das sucessivas revisões constitucionais, estatutárias e alterações da Lei das autarquias locais, fomentar a eficácia do exercício do poder em resposta aos eleitores e aprofundar a democracia participativa no poder local.

Para cumprir este último desiderato, é importante a disponibilização de recursos financeiros adequados que possibilitem um maior envolvimento das autarquias locais nos processos de decisão e desenvolvimento local, que a globalização tornou emergentes, sejam processos da área social, como da ambiental, demográfica, digital, etc.

Estes processos, por sua vez, devem ser acompanhados pelo envolvimento dos mais variados parceiros e entidades da economia social para que sejam, de facto, eficazes nas respostas aos problemas reais das pessoas. Por isso, é preciso



XX CONGRESSO REGIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA DA MADEIRA

12 e 13 de março de 2022

implementar um modelo de governança autárquica mais transparente, participativo e solidário.

A participação ativa dos cidadãos

A participação ativa e informada dos cidadãos é um aspeto fulcral para o desenvolvimento de qualquer democracia, valorizando a relação entre estes e o Poder Local.

Se, por um lado, há grandes benefícios na descentralização do poder, também é certo que acresce maior complexidade para os governantes locais. Outros desafios se colocam, como a maior exigência dos cidadãos relativamente aos modos de gestão dos dinheiros públicos, a cada vez maior celeridade e eficácia das respostas, um maior escrutínio da comunicação social, a adaptação a novas formas e meios de comunicação e informação que emergiram com as novas tecnologias.

Por outro lado, esses desafios criam novas oportunidades de interação e de governar, mas exige-se uma maior transparência dos atos e o envolvimento das populações para uma maior adesão aos processos governativos. Para que isto aconteça, é desejável que os eleitos desenvolvam e fomentem formas democráticas de participação, que até é facilitada com as novas tecnologias.

Os agentes políticos verdadeiramente democráticos não podem temer os seus eleitores; devem dar-lhes capacidade de intervir, diversificando e adequando os canais de comunicação para responder à diversidade populacional. A democracia não pode reduzir-se aos atos eleitorais.

A transparência do Poder Local



XX CONGRESSO REGIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA DA MADEIRA

12 e 13 de março de 2022

Tão importante quanto a participação dos cidadãos, é a transparência dos processos de decisão do Poder Local. Aliás, sem transparência, dificilmente o cidadão exerce o seu papel escrutinador e estabelece relações de confiança com quem o representa.

Segundo a *Transparency International*, uma associação mundial que combate a corrupção, a existência de governos locais onde os executivos atuam de acordo com regras e procedimentos estipulados por lei e são responsáveis perante órgãos de fiscalização e um eleitorado bem informado e interessado em assuntos locais, configura um sistema que promove a qualidade da governação local. Por oposição, a “má governação” aparece usualmente associada a baixos níveis de participação, à falta de transparência e favoritismo nos processos de decisão, à ausência de critérios de qualidade e de boa gestão na prestação de serviços públicos, a fracos desempenhos socioeconómicos ao nível local ou, em última análise, a elevados níveis de informalidade e corrupção.

A boa governação local depende muito da qualidade das interações entre os governantes locais e as Assembleias, que são o principal meio institucional para a participação dos munícipes nos processos políticos. Por esta razão, os indicadores de participação nas reuniões do órgão deliberativo local são uma fonte importante para medir a pressão exercida pelos cidadãos para a resolução de problemas de governação local.

Estimular a transparência é capacitar o eleitor para intervir e desenvolver a sua cidadania ativa.

Um Poder Local mais solidário



XX CONGRESSO REGIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA DA MADEIRA

12 e 13 de março de 2022

O setor da economia social, sob a designação de “setor cooperativo e social”, está consagrado na Constituição da República Portuguesa e dispõe de enquadramento legal, através da Lei de Bases da Economia Social (Lei nº 30/2013, de 8 maio) e demais legislação.

Trata-se de um setor que responde aos problemas da sociedade, nas mais diversas componentes e que tem vindo a crescer, tendo deixado de ter um cariz exclusivamente religioso. As entidades da economia social constituem-se como parceiros fundamentais nas respostas a problemas concretos, aos quais os governos participam subsidiariamente. O setor da Economia Social, por intermédio das IPSS e de outras entidades, propõe-se resolver os problemas sociais e de outra natureza, que o setor público não consegue. Em Portugal, este setor representa mais de 3% do valor acrescentado bruto e de 6% do emprego remunerado a tempo completo.

Considerado que é um setor fundamental, reconhecemos que é um espaço relevante de intervenção social, mas também política. Aliás, na Madeira, tem sido por demais utilizado como espaço de implantação partidária.

Estimular localmente o desenvolvimento da economia social serve para reforçar a participação cívica dos munícipes em resposta a problemas comuns, assim como a coesão social e a superação das desigualdades e, com isso, fortalece os laços territoriais e a atividade económica.

Assim, reconhecendo o setor da economia social como um parceiro importante para o desenvolvimento local, a política autárquica do PS deve:

- a) Reforçar a cooperação do poder autárquico com as entidades e projetos de base solidária, cooperativa e comunitária;
- b) Garantir de forma sistemática os apoios que tenham vindo a ser prestados a essas entidades;



XX CONGRESSO REGIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA DA MADEIRA

12 e 13 de março de 2022

c) Envolver as entidades da economia social na produção de conhecimento e na divulgação do seu contributo para o desenvolvimento económico, bem como para a coesão social e territorial;

d) Estimular a criação de organizações da economia social, promovidas por jovens;

e) Criar a Rede Social da RAM, cujas ações de intervenção devem ser assumidas localmente pelas Comissões Sociais de Freguesia e pelos Conselhos Locais de Ação Social.

f) Instituir Comissões Municipais para a Economia Social, em articulação com as entidades locais da economia social;

g) Encorajar a cooperação entre as entidades de economia social e a respetiva autarquia, nomeadamente através da capacitação daquelas entidades e lançamento de ações de formação profissional dos seus quadros e trabalhadores.

Conclusão

O Partido Socialista tem na sua matriz as preocupações com justiça, equidade e o bem-estar social, não deixando por mãos alheias a intervenção política humanista nos diferentes níveis de decisão.

Assim, também no plano autárquico, o PS dá especial valor ao contributo decisivo da economia social na luta pela igualdade contra a exclusão social e para pugnar pelo desenvolvimento sustentável.

Do mesmo modo que assume o compromisso de garantir a transparência dos atos governativos e promover o envolvimento e participação ativa dos cidadãos na vida nos concelhos.



XX CONGRESSO REGIONAL
DO PARTIDO SOCIALISTA
DA MADEIRA

12 e 13 de março de 2022

Subscritores:

- 1- Sofia Maria Araújo de Canha, militante nº 158191
- 2- Pedro Miguel Luís Diniz, militante nº167412
- 3- Rui Alberto Pereira Caetano, militante nº 35331
- 4- António Manuel Pessoa Alves, militante nº 88892
- 5- Elisa Seixas, militante nº157483
- 6- Fátima Pereira Gouveia, militante nº 168492
- 7- Nélio da Silva Jardim, militante nº 167106
- 8- João Luis Silva, militante nº 52092
- 9- José Luís Meneses de Canha, militante nº 39436
- 10-Victor Sérgio Spinola de Freitas, militante nº 27281